

GÊNESE E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE 1835-1889 (1).

FÁBIA LILIA LUCIANO CARMINATI*

Este artigo está organizado em quatro momentos. O primeiro enuncia basicamente o problema de pesquisa. No segundo momento, apresentam-se as razões e os objetivos da investigação em questão. O terceiro momento, visa a descrição da metodologia de estudo.

E por fim, encontra-se o elenco das referências bibliográficas adotadas ao longo do projeto de pesquisa.

1. APRESENTANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Visando a delinear, com mais clareza, a pesquisa, faz-se necessário, inicialmente, explicar a opção pelos termos adotados no tema do estudo a ser revisado: A gênese e expansão do magistério público na Província de Santa Catarina. Gênese é a origem, ou ainda, o surgimento do magistério público em Santa Catarina, enquanto profissão regulamentada e assumida pelo Estado como ação institucional

e formalizada da atividade docente; expansão é o contínuo desenvolvimento, sinônimo de crescimento, a evolução do magistério, enquanto atividade profissional exercida por docentes em condições formais (legais) de suas funções.

O início do período imperial, é, neste estudo, ponto de partida para demarcar de maneira mais precisa, quando, onde, por quê e por quem teve início o exercício do magistério público em Santa Catarina.

No final do período colonial e início da primeira década do império, foram esporádicas na Província de Santa Catarina, as iniciativas relacionadas à implantação do ensino público. Portanto, em face das diferentes datas apresentada pela

*Aluna do Curso de Doutorado em Educação - Departamento de Filosofia e História da Educação da UNICAMP e Professora de História da Educação nos cursos de Licenciatura da UNESC.

historiografia catarinense, encontramos como suposto início da atividade pública docente, o ano de 1822, data da independência política brasileira, que trouxe consigo ao Estado a obrigatoriedade de ofertar escola elementar para a população.

Segundo SCHMIDT (1996:29), *as idéias propagadas na época eram que da instrução dependiam os progressos civilizadores, materiais e políticos de uma nação.*

Mas foi o Decreto Imperial de 10 de setembro de 1830 que possibilitou à Província de Santa Catarina a criação oficial das primeiras escolas públicas de ensino elementar.

Ainda, conforme SCHMIDT (1996:31), em 1831, *mais de oito escolas públicas de primeiras letras foram criadas na Província de Santa Catarina, perfazendo um total de treze escolas (sendo doze escolas masculinas e uma feminina).*

Portanto, remontar as origens do magistério público catarinense, bem como entender o seu processo de expansão na Província de Santa Catarina ao longo do período imperial, é a temática desta investigação que pretende a reconstituição da história da educação catarinense à luz da história da escola, da instrução e do magistério público catarinense, com intuito de buscar entendê-la como foi escrita e inscrita (no cenário educacional) por pessoas (Presidentes de Províncias,

Diretores de Escolas, pais, alunos e professores leigos ou não, por meio de documentos oficiais no período império) que participaram da sua origem.

Buscar a compreensão histórica da constituição do magistério enquanto carreira profissional regulamentada pelo Estado, é parte integrante do tema a ser pesquisado, formulado a partir do seguinte problema:

Quando e como se constituiu o magistério público catarinense enquanto carreira profissional regulamentada pelo Estado e como foi possível sua expansão em Santa Catarina?

Nesse sentido, é possível levantar algumas questões:

- Quando e como se constituiu efetivamente o magistério público catarinense?

- Por que e por quem teve início o magistério público catarinense?

- Em que contexto político, econômico, social e cultural, o magistério público catarinense se constituiu e sob que base se consolidou e posteriormente se expandiu?

As seguintes hipóteses visam a responder explicativamente algumas dessas questões:

PRIMEIRA HIPÓTESE:

O magistério público catarinense sur-

giu juntamente com a origem da escola e da instrução pública em Santa Catarina. Nesse sentido, para a criação de escolas e da instrução pública, demandava-se a presença de alguém em condições de atendê-los, ou seja: o professor, que no contexto histórico das primeiras décadas do século XIX, podia apresentar-se como leigo, ou seja, como uma pessoa que desenvolvia o exercício docente sem o devido preparo técnico, sem habilidade pedagógica, em atividade profissional, até então, ainda não regulamentada e, portanto, não reconhecida pelo Estado.

A criação das primeiras escolas de ensino elementar na Província de Santa Catarina, anunciava a necessidade do profissional da educação, estabelecendo assim, o surgimento do magistério, muito embora segundo SCHMIDT (1996:38), a *Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 1º, determinava que em todas as cidades, vilas e lugares populosos fossem criadas escolas de Primeiras Letras*. A Província de Santa Catarina passou a cumprir esta determinação.

Ave-Lallemant (2), pesquisador alemão, que viajou pela província de Santa Catarina, em 1858, relatou que muitas povoações pelas quais passou encontravam-se completamente desprovidas de qualquer tipo de instrução. Em outros povoados foi possível constatar que ha-

viam escolas; no entanto, faltavam professores. Portanto, até o ano de 1827, ainda não se havia institucionalizado a escola, a instrução e muito menos o magistério público na Província de Santa Catarina.

A implantação do Decreto Imperial de 10 de setembro de 1830, que garantia a criação oficial das primeiras escolas públicas de ensino elementar, contraria a possibilidade de ter sido este, o ano a institucionalizar o magistério público catarinense, uma vez que previa apenas a criação do espaço físico, sem a preocupação com a presença do professor, que em muitas vilas não existia.

O magistério público catarinense somente se constituiu com a chamada *descentralização administrativa*, que, de acordo com FIORI (1991:33), introduzida pelo *Ato Adicional* de 1834, marcou o começo e uma nova fase para o precário e rudimentar ensino público catarinense.

Com a instalação oficial da Assembléia Provincial de Santa Catarina em março de 1835, vislumbravam-se os primeiros passos para a expansão educacional e da instrução pública catarinense.

O primeiro ato da Assembléia Provincial de Santa Catarina a tratar da organização da instrução pública, foi a Lei nº 35 de 14 de maio de 1836. Logo, é possível pensar que o magistério público se

constituiu efetivamente após o ano de 1836. No que se refere, ao *como se* constituiu o magistério público catarinense, dois elementos determinam seu processo constitutivo:

I- A Legislação - é o conjunto de normas, regras e diretrizes traçadas para a instrução pública na Província de Santa Catarina, no que tange à regulamentação do exercício docente: admissão, contratação, demissão e jubilação de professores, bem como a regulamentação ligada à organização curricular e metodologia da ação pedagógica.

À primeira lei a tratar da carreira funcional dos professores, das disciplinas e da metodologia a ser adotada no ensino das primeiras letras foi a Lei Provincial nº 35, de 14 de maio de 1836, estabelecendo assim concurso, ordenado e carreira.

De acordo com SCHMIDT (1996:83-84), *a admissão de professores para as escolas públicas de primeiras letras dava-se mediante concurso público, seguindo os critérios estabelecidos na Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, nos artigos 7º e 8º.*

Art.7º: Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão os mais dignos e darão parte ao governo para sua legal nomeação.

Art.8º: Só serão admitidos à posição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos, sem nota na regularidade de sua conduta.

Os concursos eram realizados, mediante a criação de nova escola ou assim que houvesse vaga em uma cadeira a ser ministrada.

Para SCHMIDT (1996:85), *quando não se apresentava nenhum candidato para o concurso ou os inscritos não preenchessem os requisitos exigidos, o Presidente da Província tinha respaldo legal para nomear professor interino para a escola vaga. Apesar da impossibilidade de precisar os números de professores desta categoria é possível dizer, com base nos registros, que todo ano havia escolas providas interinamente.*

Quanto à regulamentação dos salários, SCHMIDT (1996:89) aponta que a remuneração docente *era anual e o valor definido de acordo com a localização, o gênero ou metodologia da escola.*

O maior salário cabia ao professor da capital, seguido da cidade, vila, freguesia(3) e curato(4). Na mesma sequência, mas com valores bem menores, aparecem os vencimentos das mulheres que exerciam atividade docente. Além desta variação salarial havia a diferenciação em relação ao método e à categoria funcional (efetivo e interino). Os interinos recebiam dois terços do or-

denado do efetivo. Já as professoras interinas tinham vencimento de cento e cinquenta mil réis, independente da localização da escola.

O direito de aposentadoria foi tratado pela primeira vez em 1843, sob a Lei Provincial nº 183, de 29 de abril de 1843, com o título de *jubilção*. O professor tinha direito de requerer jubilção relativa aos vinte anos de efetivo exercício como membro do magistério, tendo assim, direito a um ordenado integral. Segundo SCHMIDT (1996:91-92), *mas se por motivo de saúde ou por falta de conduta moral, fosse impedido de lecionar, era permitido, desde que contasse doze anos de ensino, requerer jubilção proporcional àqueles anos. Os que continuassem no exercício do magistério teriam acréscimo no salário, depois de vinte anos, da quarta parte do que recebiam. Os professores públicos teriam direito de contar, para fins de jubilção, o tempo de serviço prestado no magistério particular, contando dois anos por um e provando terem ensinado com aproveitamento.*

Mas, no ano de 1848, a Lei Provincial de nº 183 é reformulada parcialmente pela Lei Provincial de nº 268, *concedendo aposentadoria integral ao professor que trabalhasse mais de vinte e cinco anos, sem nenhuma advertência por escrito e provando em junta de saúde ser portador de moléstia crônica e incurável que o inabi-*

litasse a continuar no magistério ou, além de contar mais de vinte e cinco anos de serviço, sem nota, tivesse mais de sessenta (60) anos de idade.

II- Formação Profissional - é a ação preparatória para o exercício docente. Até o ano de 1836, sentia-se a precariedade profissional do corpo docente, que exercia o magistério, ainda, como atividade leiga, sem os rigores pedagógicos para o exercício da profissão.

Em 1837, segundo FIORI (1991:36-38), *fora aventada, na Assembléia Provincial de Santa Catarina, a idéia de se mandarem à escola normal da Província do Rio de Janeiro, mancebos(5) que ali se habilitem para o professorado. Enviar um professor para estudar fora de Santa Catarina, era a única solução para uma Província de muito modesto horizonte cultural: na capital, mesmo existindo uma cadeira de Retórica e Filosofia, não havia alunos que a frequentassem; estando criada uma cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria, não existia professor que a regesse (...). No ano de 1840, a Assembléia Provincial autorizou o governo a enviar professor para estudar na Escola Normal do Rio de Janeiro e o professor Francisco José das Neves foi escolhido. De volta a Santa Catarina, deveria ele reger a Escola de Instrução Primária da Capital, também designada como Escola Normal de*

Primeiras Letras da cidade de Desterro. Nesse estabelecimento de ensino, seriam transmitidos aos professores em exercício e a outros interessados, os conhecimentos que o professor em questão, tivesse adquirido na Corte (...). No ano de 1843, o Professor Francisco José das Neves regressou da cidade do Rio de Janeiro, onde frequentara a Escola Normal. O Presidente da Província de Santa Catarina, imediatamente, mandou comprar os livros e materiais necessários ao funcionamento da esperada Escola de Instrução Primária da Capital.

Após o ano de 1840, todos os professores admitidos no serviço público, deveriam frequentar essa escola, sob pena de serem demitidos. Tão logo foi aberto esse estabelecimento de ensino, nele se inscreveram os professores efetivos e interinos de Laguna, São José, Porto Belo, Ribeirão, Enseada de Brito, Canasvieiras, Rio Vermelho, Imaruí, Itacorubi, Itajaí e Tubarão (...). No ano de 1844, a Escola de Instrução primária da cidade de Desterro habilitou treze professores. Havia, então, em toda a Província, dezoito (18) escolas públicas de Primeiras Letras, com uma matrícula total de quatrocentos e oitenta e nove (489) alunos. A ação dessas escolas públicas, complementada por umas poucas escolas particulares, devia atender, no ano de 1844, às necessidades de instru-

ção de uma população avaliada em mais de setenta e duas mil (72.000) almas (...). Para a difusão do ensino, era decisiva a ação da Escola de Instrução Primária da capital: ela deveria formar os mestres que iriam ensinar as crianças.

Para SCHMIDT (1996:82-83), os professores eram considerados a mola-mestra do processo ensino-aprendizagem. Sobre eles pesava a maior parcela de responsabilidade pela qualidade do ensino (...). O Presidente da província Francisco José de Souza Andréa, em relatório à Assembléia Legislativa em março de 1840, considerava que sem professores hábeis, mal se pode esperar progresso na instrução, reclamando do desgraçado estado da nossa instrução elementar e apontando como a principal causa a falta de professores habilitados (...) salvo raras exceções, só existiam na Província atuando nesta profissão mestres ignorantes, o que impedia a melhoria do ensino elementar.

A inspeção escolar neste contexto da formação docente, pode ser tomada como preocupação com o insucesso das atividades docentes, entendendo-a como uma tentativa de melhorar a qualidade de ensino, naquela época.

Conforme SCHMIDT (1996:92-93), esta atividade era vista pelos administradores, desde a década de 1830, como uma forma de melhorar o desempenho do pro-

fessor nas atividades docentes. Os Presidentes de Província argumentavam que se o trabalho de inspeção fosse realizado com eficiência, grande parte dos problemas relacionados à instrução pública seria resolvida (...). A importância dada à inspeção originou inúmeras reformas neste serviço. Inicialmente a função cabia às Câmaras Municipais. A partir de 1840, além da atribuição das Câmaras, o Presidente da Província, sempre que lhe parecesse conveniente, poderia enviar de sua confiança a inspecionar as escolas. Desde então, progressivamente, o Executivo foi centralizando a inspeção da escola.

SEGUNDA HIPÓTESE:

São razões do surgimento do magistério público catarinense, os próprios princípios explicitados no início do século XIX, que tomavam a instrução pública como ação desencadeadora de progressos civilizadores, materiais e políticos de um povo.

A exemplo da História da Educação Brasileira, a instrução pública em Santa Catarina também iniciou com os padres jesuítas. Tão logo, foram expulsos pelo Decreto de Marquês de Pombal, passa a instrução pública catarinense aos cuidados das aulas régias e à iniciativa particular. Portanto, o magistério público iniciou

em grande parte das cidades e vilas catarinenses com a participação de religiosos e leigos.

TERCEIRA HIPÓTESE:

A consolidação do magistério público catarinense alicerçou suas bases na necessidade de transformar-se em uma forte província, dotada de autonomia e descentralizada administrativamente, sobretudo nos aspectos econômicos, sociais e educacionais.

De acordo com PIAZZA e HUBENER (1997:52-53), a organização política do Império sob as Províncias, veio pela Constituição do Império, outorgada em 1824, possibilitando assim, o desenvolvimento político.

Nessa época, foi criado o Senado, com mandato vitalício e a Câmara dos Deputados, cuja eleição indireta concedia um mandato de quatro anos aos seus membros.

Nas Províncias, o Presidente, Secretário e Comandante das Armas eram designados pelo Imperador e os Conselhos Gerais, com funções legislativas, tinham o número de seus membros fixados em vinte e um (21), para as províncias mais populosas e treze (13) para as demais, entre elas Santa Catarina.

A partir de 1826, Santa Catarina passou a ter seu primeiro representan-

te no Senado, escolhido pelo Imperador, o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade, que já havia sido Deputado nas cortes de Lisboa.

Para as Câmaras dos Deputados, de acordo com a Constituição, foi eleito Diogo Duarte Silva, que já havia participado da Assembléia Geral Constituinte, logo após a proclamação da Independência.

As Presidências das províncias eram de livre escolha do Imperador, mas era ouvido o partido que detinha a maioria na Assembléia Geral do Império e o partido que dominava o Ministério.

O primeiro Presidente da Província de Santa Catarina foi o Dr. João Antonio Rodrigues de Carvalho que assumiu o governo em 1824 (permaneceu até 1825), embora não fosse catarinense. Na sua administração foi criado o Arciprestado(6) de Santa Catarina e elaborado um projeto de construção de uma estrada que ligasse Desterro (Florianópolis) ao território das Missões do Uruguai. Seu objetivo seria a almejada integração social e econômica entre o litoral e o interior.

Com o Ato Adicional e a instalação da Assembléia Provincial, a política catarinense se desenvolve consideravelmente, principalmente, em função das mudanças de alguns artigos da Constituição do Império, em 1834.

Segundo PIAZZA e HUBENER (1997:60-61), entre as modificações apresentadas estava a substituição dos Conselhos Gerais das Províncias pelas Assembléias Provinciais. Representava portanto, a concessão de certa autonomia às Províncias, em virtude de se permitir ao poder a aprovação de Leis sobre assuntos civis, judiciários, eclesiásticos, sobre a educação, obras públicas, fixação de impostos, embora muitas delas merecessem a aprovação do Presidente da Província, nomeado pelo Governo Imperial.

A Lei que criou as Assembléias Legislativas Provinciais, regulamentava o número de seus membros, a forma de eleição, o local das reuniões, o período de suas sessões e outros. Além do Presidente, cada Província teria seis vice-presidentes, na ordem de substituição, com mandato de dois anos, permitindo-se a reeleição.

Portanto, em face ao Ato Adicional, a Assembléia Provincial de Santa Catarina seria composta de vinte membros. A primeira eleição ocorreria em novembro de 1834 e a Instalação da Assembléia, em março de 1835. Seu primeiro Presidente foi Manoel Paranhos da Silva Veloso.

Foi a partir do ano de 1835, com a instalação oficial da Assembléia Provincial, que se dá o surgimento do magistério pú-

blico, bem como a sua expansão, enquanto ação regulamentada pelo Estado.

Portanto, buscar a compreensão histórica da gênese e expansão da educação na Província de Santa Catarina nos anos de 1835-1889, remete-nos ao campo da instrução pública bem como da sua oficialização, por meio da criação de uma legislação específica.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA PESQUISA:

O desejo de estudar o magistério público catarinense se originou na realização da pesquisa de mestrado, que resultou na dissertação intitulada "Conflitos e Confrontos de Professoras no Movimento de Greve", concluída no ano de 1993, sob a orientação da Prof^a Dr^a Guacira Lopes Louro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse estudo privilegiou uma análise sociológica do magistério público catarinense no interior do movimento organizado e reivindicativo no ano de 1991. Um estudo etnográfico possibilitou investigar a questão.

Em face da contemporaneidade da temática investigada e das conclusões do estudo, conjugadas no tempo presente, surgiu a necessidade de rever um passado próximo, para assim, compreendê-la melhor. Entender o processo de formação docente pelo, menos nos últimos cinco

anos em cursos de Pedagogia de Universidades Federais e Estaduais Brasileiras, poderia dar um sentido ao conjunto de dados, análises e conclusões estabelecidas no estudo inicial.

Dessa necessidade, surgiu a redação de um anteprojeto de pesquisa, bem como a participação no processo seletivo de Pós-Graduação na UNICAMP, no ano de 1996.

Com a aprovação no processo de seleção, iniciei o doutorado em 1997.

A realização das disciplinas favorecem a reflexão com mais clareza acerca do novo assunto bem como da sua complexidade: a compreensão do processo de formação docente nos últimos cinco anos em cursos de Pedagogia de Universidades Públicas Federais e Estaduais Brasileiras.

O itinerário das reflexões, foi basicamente orientado pelas seguintes questões:

a) Buscar entender pelo menos os últimos cinco anos do processo de formação docente, em Universidades Públicas, daria conta de satisfazer parte das questões não respondidas ao longo do mestrado?

b) A metodologia de pesquisa é compatível e está adequada para um estudo dessa natureza?

c) O referencial teórico proposto é o mais indicado a aplicar-se à realidade pretendida?

d) A análise sociológica daria conta explicativamente da questão?

e) A temática em questão não remeteria a uma análise histórica à luz de um passado um pouco mais longínquo?

Em meio a dúvidas e preocupações, o projeto de levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da Educação Brasileira, coordenada nacionalmente pelo Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas, deu impulso à pesquisa, pela possibilidade de participação no projeto nacional, pelo estado de origem da autora (Santa Catarina), uma vez que o projeto estadual catarinense estivera em plena execução dos anos de 1992 a 1995, bem como retomar muitas inquietações despertadas com a dissertação de mestrado e que ficaram sem respostas.

O contato com o grupo de pesquisadoras em História da Educação Catarinense, da Universidade Federal de Santa Catarina, que acenou com a possibilidade de realização de um estudo por meio de fontes documentais primárias (ainda, pouco exploradas em nosso estado), levou ao estudo histórico do surgimento e expansão do magistério público catarinense.

Na condição de professora nos cursos de Licenciatura e preocupada com a História do magistério público catarinense, que a autora se lança neste

desafio de realizar um estudo no âmbito da História da Educação em Santa Catarina.

Portanto, elencar explicativamente os elementos que promoveram o surgimento do magistério público catarinense e sua expansão; remontar as origens do magistério público em Santa Catarina para o entendimento da sua expansão; buscar a compreensão histórica da constituição do magistério enquanto carreira profissional regulamentada pelo Estado; retirar dos documentos oficiais dados suficientes para a reconstrução da história do magistério público de Santa Catarina; levantar os aspectos legais que regulamentaram o surgimento do magistério público (contratação/dispensa/aposentadoria); estabelecer as relações entre o surgimento e expansão do magistério público em face da constituição da rede pública de ensino catarinense, são objetivos dessa investigação.

3. METODOLOGIA DO ESTUDO:

O projeto de pesquisa voltado para o levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da Educação Brasileira, coordenado(7) nacionalmente pelo Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas, deu impulso a esta pesquisa sobre a história pública em Santa Catarina.

Aquele projeto contempla pesquisa-

dores de diferentes estados brasileiros, desenvolvendo pesquisas inerentes a sua História local.

Em Santa Catarina, o projeto esteve em execução de 1992 a 1995, com um grupo de professores(8) da Universidade Federal de Santa Catarina.

O tema da pesquisa constituiu-se em tarefa complexa, por exigir profundo percurso a ser realizado no campo do conhecimento da História. A investigação histórica encaminhou-me para a questão do magistério público ou seja, do exercício docente sob a responsabilidade do Estado. Esta escolha deu-se em razão da pesquisa realizada no mestrado, acerca das questões ligadas ao magistério (suas lutas, conflitos e confrontos em face do movimento reivindicatório).

Quanto à periodização, reporto o início do período império como o momento histórico que originou o magistério público na Província de Santa Catarina. A opção por este período, é resultado da leitura prévia de alguns estudos, cujas informações remetem à crença de que a gênese do magistério público catarinense data desse período.

Considerando-se que segundo CABRAL (1987:143), *em 1829, havia na Província de Santa Catarina apenas trinta (30) escolas, sendo três (3) escolas públicas e vinte e sete (27) particulares*, é possível dizer que, o magistério

público até o final da segunda década do império, não havia ainda, surgido de fato, enquanto ação regulamentada pelo Estado.

Supostamente, é na década de trinta desse mesmo período, que se estabelece a gênese do magistério público enquanto ação regulamentada pelo Estado, promovida principalmente, pela descentralização administrativa, introduzida pelo Ato Adicional de 1834, que segundo FIORI (1991:33), *marcou o começo de uma nova fase para o precário e rudimentar ensino público catarinense*.

Foi a instalação da Asembléia Provincial em 1835, um dos elementos que muito contribuíram para a origem, bem como a expansão do magistério público na Província de Santa Catarina. Portanto, a delimitação do período deste estudo, encontra-se nos anos de 1835 a 1889.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, inicialmente se faz necessário, um levantamento de fontes históricas de natureza primárias e secundárias, privilegiando a utilização das fontes primárias.

Quanto aos tipos de fontes, estão organizadas da seguintes forma:

a) Fontes Primárias: Relatório e Falas dos Presidentes de Província; Legislação com destaque para os Regimentos, Regulamentos e Decretos; e Correspondências, documentos expedidos pelos

Presidentes de Província, Diretores de Ensino e Inspectores da Instrução Pública no período de 1835 a 1889.

b) Fontes Secundárias: Memórias e Biografias de Presidentes de Província, Diretores de Ensino e Inspectores da Instrução Pública.

A coleta dos dados será realizada com o auxílio da técnica de fichamento dos registros referentes ao objeto de estudo, categorizando em assuntos conforme se encontram apresentados.

No que tange às fontes documentais, é possível encontrá-las no Arquivo Público de Santa Catarina, onde há disponibilidade de um acervo previamente inventariado e indexado por índice onomástico, estando disponíveis os Relatórios e Falas dos Presidentes de Província, dos Diretores da Instrução Pública, Atas das Câmaras de Vereadores, correspondências do Presidente para os Diretores e Professores, cartas de pais de alunos, bem como Decretos Imperiais.

Na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, estão localizados os dados referentes às memórias e biografias de ilustres cidadãos, bem como os periódicos vigentes no período imperial.

As informações extraídas dos documentos oficiais, serão interpretadas e analisadas à luz da totalidade social do contexto histórico, político, econômico e

cultural do cenário nacional, deste mesmo período.

As técnicas, as fontes documentais, o registro e o tratamento dos dados coletados são elementos que constituem um método.

Para GAMBOA (1996:9), o método enquanto caminho do conhecimento é mais abrangente e complexo. Por sua vez, um método é uma teoria de ciência em ação que implica critérios de cientificidade, concepções de objeto e de sujeito, maneiras de estabelecer essa relação cognitiva e que necessariamente remetem a teorias do conhecimento e a concepções filosóficas do real que dão suporte às diversas abordagens utilizadas nas construções científicas e na produção dos conhecimentos. Portanto, para que os pesquisadores obtenham domínio confiável das técnicas e dos métodos é necessário entender as relações entre os pressupostos teóricos e epistemológicos e perceber com clareza as implicações filosóficas das diversas opções científicas.

Portanto, são etapas metodológicas dessa pesquisa, estudar o surgimento e expansão do magistério público na Província de Santa Catarina, tomando como período 1835 a 1889, a partir da descrição/transcrição dos documentos adotados no período acima mencionado, bem como a sua organização em fichas sob títulos

classificatórios de seu conteúdo.

O tratamento dos dados e as informações estão diretamente implicados no processo da pesquisa que pressupõe a relação do todo com as partes e seu contexto.

Conforme RIBEIRO (1995:11), é necessária a *visão de totalidade para se chegar a uma compreensão do fenômeno social*, sobretudo no surgimento e expansão do magistério público catarinense, *há que se ter uma visão do contexto social - sociedade brasileira, do qual é parte e com o qual estabelece relação permanente.*

O trabalho pretende estudar o surgimento e expansão do magistério público na Província de Santa Catarina, com a disposição de contribuir para a recente produção da história da educação em Santa Catarina, preocupada com o rigor das abordagens metodológicas e a interpretação da realidade, seja a realidade em estudo (passado) intimamente articulada com a realidade do contexto (presente), com vistas à construção do objeto, pautado nos critérios de cientificidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1976.
- 2- _____ . *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

- 3- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e político de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1991.
- 4- GAMBOA, Silvio Sánchez. *Epistemologia da Pesquisa em Educação*. Campinas, SP: Práxis, 1996.
- 5- PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- 6- _____ e HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Lunardelli, 1997.
- 7- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: organização escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- 8- SCHMIDT, Leonete Luzia. *A constituição da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830 - 1859*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFSC.

4.1 Bibliografia:

- 1- ANDERY, M. A. et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: EDUC, 1988. p.157-174.
- 2- CARDOSO, Ciro F. S. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- 3- CARUSO, Mariléia M. Leal, CARUSO, Raimundo C. *Mares e longínquos povos dos açores*. Florianópolis: Insular, 1996.
- 4- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

- 5- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995.
- 6- GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- 7- GOULART, Janete Jane. **A instrução pública elementar na Província de Santa Catarina - 1834 a 1889** (Dissertação de Mestrado em História), Florianópolis: UFSC, 1992.
- 8- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. **Textos CERU**, São Paulo, 2ª série, nº 3, p. 76-98, 1972.
- 9- MEIRINHO, Jali. **Datas históricas de Santa Catarina - 1500-1985**. Florianópolis: UFSC, 1985.
- 10- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- 11- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994.
- 12- PIAZZA, Walter Fernando. **O poder legislativo catarinense: das raízes aos nossos dias (1834-1984)**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.
- 13- _____. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- 14- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- 15- _____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 16- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. **Textos CERU**, São Paulo, 2ª série, nº 3, p. 13-29, 1992.
- 17- SCHARDONG, Rosemeri. **A educação pública secundária em desterro: o caso do Ateneu Provincial**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFSC.
- 18- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1993.
- 19- SHAFASCHEKE, Rosicler. **A educação na imprensa desterrense na década de 1850**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFSC.
- 20- SILVA, Jaldyr B. Faustino et al. **Fundamentos da cultura catarinense**, Rio de Janeiro: Laudis, 1970.
- 21- XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- 22- _____, RIBEIRO, Maria Luísa Santos, NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

NOTAS

- (1) Projeto de pesquisa apresentado no Curso de Pós-Graduação, nível de Doutorado em Educação sob a orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani na UNICAMP.
- (2) AVÉ-LALLEMENT, Robert. Viagens pelas

- Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980 apud SCHMIDT (1996:39).
- (3) Designação usada para indicar povoação sob o aspecto eclesiástico ou ainda; grupo de paróquias.
- (4) Povoação assistida por um pároco ou vigário.
- (5) Palavra empregada na época para designar moço, rapaz ou jovem.
- (6) É o pároco que tem jurisdição sobre outros, ou ainda; vigário da comunidade.
- (7) Pelos Professores Dermeval Saviani e José Claudinei Lombardi.
- (8) Professores ligados à Faculdade de Educação e coordenados pela professora Marli Auras.